



# MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 19680/24  
Rubrica: [assinatura] Fl. 02

## Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

### PROTOCOLO

Identificador: e0045801-c6e4-4f71-b310-1d180cbbec0f

Protocolo: Processo Requerimento Nº 019680/2024

Data: 22/07/2024 15:36:31

Origem: EVOLUE SERVICOS LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Contato: EVOLUE SERVICOS LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Protocolador: MATEUS DE CASTRO

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

### HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 22/07/2024 15:36:51	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE  
NOVA FRIBURGO/RJ**

**Ref.: Pregão Eletrônica nº 90.024/2024**

**EVOLUE SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.699.784/0001-81, com sede em SCN Quadra 05 BL A, Torre Norte, Torre B, sala 717, Asa Norte, Brasília - DF, 70715-900, neste ato representada por seu Diretor Executivo LUIZ HENRIQUE SQUIPANO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 040.876.221-77, vem, tempestivamente com fulcro no art. 41, §2º da Lei 8.666/93, perante esta Comissão de Licitação, interpor a presente:

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

Referente ao pregão eletrônico em epígrafe, pelas razões de fato e de direito adiante expostas:

**1- DA TEMPESTIVIDADE**

A presente impugnação tem por objeto apontar equívoco contido no instrumento convocatório cuja prévia correção se mostra indispensável à participação, com isonomia, do certame em apreço.

Tendo em vista que a sessão pública está prevista para a data de 25 de julho de 2024, às 10h, insta salientar que a impugnante está dentro do prazo para impugnar previsto no item 25 e seguintes do edital, qual seja, o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para sessão do pregão, e desta forma, a presente impugnação ao edital resta tempestiva.

**2- DAS RAZÕES DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ**, fez publicar o Edital Pregão Eletrônico nº **90.024/2024**. Contudo, a Impugnante, tendo interesse em participar da licitação em questão, verificou que o referido Edital contém **restrições**

**despropositadas no que se refere à Qualificação Técnica** e que violam as regras licitatórias a justificar a reforma do Edital em apreço, como se verá a seguir.

### **3- DA VIOLAÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME**

O item impugnado neste feito é o de nº 9.2.10 do edital, o qual exige que apresente um Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa e a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, ou seja, impõe que a empresa tenha um profissional com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia para ter a Certidão de Acervo Técnico - CAT.

Vale ressaltar que a exigência de registro no CREA não é necessária para comprovar a capacidade da empresa em atender aos requisitos da licitação, visto que atestados comuns, contratos de prestação de serviços e outros documentos similares são suficientes para demonstrar a competência e experiência da empresa. É cristalino o entendimento que estes documentos asseguram que os serviços serão prestados com qualidade, sem a necessidade de registros adicionais.

Ademais, o objeto da contratação inclui documentos como LTCAT e LTIP, que não são exclusivos de Engenharia e podem ser elaborados por médicos do trabalho, profissionais que não possuem registro no CREA e, portanto, não podem emitir CATs.

Para mais, o próprio edital cita que os documentos são feitos tanto pelo Engenheiro quanto pelo Médico. Veja-se:

5.5.2 Os LTIP deverão ser assinados por Engenheiro de Segurança do Trabalho, com o respectivo número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA** ou por Médico do Trabalho junto ao Conselho Regional de Medicina - CRM, indicando os registros profissionais para ambos em atendimento ao artigo 195 da Consolidação das Leis do Trabalho;

Não obstante, a exigência de registro no CREA impõe custos adicionais às empresas, já que exige a contratação de um engenheiro como Responsável Técnico e o pagamento de taxas ao CREA. Essa exigência limita a participação de empresas que estão qualificadas para prestar esses serviços por meio do médico do trabalho, sendo, portanto, indevida e prejudicando o princípio da competitividade.



**Assim, é possível identificar uma restrição à competitividade e a ampla concorrência no certame, tendo em vista que médicos do trabalho são profissionais que não possuem registro no CREA e, portanto, não podem emitir CATs. Logo, a participação de empresas que estão qualificadas para prestar esses serviços por meio do médico do trabalho fica limitada.**

Portanto, o certame direciona a participação para empresas que possuem registro no CREA, limitando as possibilidades de contratação e ferindo diretamente o princípio da liberdade competitiva dos procedimentos licitatórios.

Dessa forma, tem-se o trecho a ser impugnado do referido edital:

9.2.9 Fornecer aos seus empregados uniformes, calçados, crachás de identificação e equipamentos de proteção individual (EPI), obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

9.2.10 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de **Acervo** Técnico, em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

Página 25 de 37

Figura 01: Print retirado do Pregão eletrônico nº 90.024/2024

Sabe-se que o pregão eletrônico **visa atingir o maior número de empresas interessadas pelo objeto, porém, com a exigência supracitada, que não encontra justificativa legal, restringe a participação de empresas que atuam por meio de médicos do trabalho.** No caso em tela, é visível que o edital restringiu a competitividade do certame contrariando os arts. 25, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

É certo que a imposição de exigências excessivas que frustrem o caráter competitivo do certame licitatório é vedada pela própria Constituição Federal, e pela Lei 14.133/21, conforme será detalhado. Diante da descrição de tal item, e da restrição à competitividade que este provoca, torna-se imperioso que se destaque a grande afronta ao princípio da Isonomia.

Sendo assim, a Descrição restritiva de tal item, fere o teor do artigo 5º da Lei 14.133/ 2021. Senão vejamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Diante de tal disposição legal, disserta o Professor Marçal Justen Filho:

“É certo que a Administração deverá obter a proposta mais vantajosa, mas selecionar a proposta mais vantajosa não é suficiente para validar a licitação. A obtenção da vantagem não autoriza violar direitos e garantias individuais. Portanto, deverá ser selecionada a proposta mais vantajosa, mas, além disso, têm de respeitar-se os princípios norteadores do sistema jurídico, em especial o da isonomia. Por mais vantajosa que fosse a proposta selecionada, não seria válida licitação que violasse direitos e garantias individuais.” (Filho, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos. 10ª Edição, São Paulo, 2004. Pag. 49)

Outrossim, conforme já informado, a exigência em edital ultrapassa o disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, violando os princípios da isonomia, da ampla competitividade nas licitações, bem como obediência ao princípio da legalidade. Como bem prevê o Art. 37, XXI, da Constituição Federal brasileira, que se segue:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifos nossos)



Portanto, é com o intuito de ampliar a competitividade do certame, bem como priorizar a qualidade do mesmo, que a ora Impugnante, traz a disposição desta Douta Licitação, solicitação de revisão com a finalidade de RETIFICAR o texto do Edital que prevê a exigência da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa e a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, restringindo a participação de empresas que atuam por meio de médicos do trabalho. Dessa forma, as exigências editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame.

Nesse sentido, a retificação do Edital ampliará as condições de participação, atendendo aos preceitos legais e principiologicos que devem reger o processo licitatório uma vez que a exigência em questão é desnecessária à garantia da obrigação.

#### 4 - DOS PEDIDOS

Diante das razões expostas, a EVOLUE SERVIÇOS LTDA, vem respeitosamente a esta Douta Comissão de Licitação, requerer que seja dado provimento a presente impugnação, reformulando-se o Edital Licitatório no sentido de modificar os itens 9.2.10 do Pregão eletrônico nº 90.024/2024 para que seja sanado o vício existente e que geram impossibilidades para participação no certame de empresas que não possuem Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Assim, espera a Impugnante o acolhimento e provimento da presente IMPUGNAÇÃO, a fim de que se retifique o procedimento licitatório, na forma da lei, passando o Edital a observar requisitos de habilitação em estrita observância do estabelecido em Lei e na Constituição Federal, tudo consoante acima argumentado.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 22 de julho de 2024

**EVOLUE SERVICOS LTDA**





PROCESSO Nº: 19.680/2024

RUBRICA: 249 FOLHA: 08

Comissão de Pregão I

## **DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.024/2024**

Processo Licitatório nº: 15.745/2023

Processo de Impugnação nº: 19.680/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP para cada secretaria/ subsecretaria/ subprefeitura/ fundação / unidade / setor ou qualquer órgão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, atendendo a todos os órgãos supracitados do Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

IMPUGNANTE: EVOLUE SERVIÇOS LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa EVOLUE SERVIÇOS LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.024/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I


**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

05. Contudo, a Impugnante, tendo interesse em participar da licitação em questão, verificou que o referido Edital contém restrições despropositadas no que se refere à Qualificação Técnica e que violam as regras licitatórias a justificar a reforma do Edital em apreço, como se verá a seguir.

06. O item impugnado neste feito é o de nº 9.2.10 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste edital, o qual exige que apresente um Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa e a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, ou seja, impõe que a empresa tenha um profissional com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia para ter a Certidão de Acervo Técnico - CAT.

07. Vale ressaltar que a exigência de registro no CREA não é necessária para comprovar a capacidade da empresa em atender aos requisitos da licitação, visto que atestados comuns, contratos de prestação de serviços e outros documentos similares são suficientes para demonstrar a competência e experiência da empresa. É cristalino o entendimento que estes documentos asseguram que os serviços serão prestados com qualidade, sem a necessidade de registros adicionais. 



Comissão de Pregão I


08. Ademais, o objeto da contratação inclui documentos como LTCAT e LTIP, que não são exclusivos de Engenharia e podem ser elaborados por médicos do trabalho, profissionais que não possuem registro no CREA e, portanto, não podem emitir CATs.

09. Não obstante, a exigência de registro no CREA impõe custos adicionais às empresas, já que exige a contratação de um engenheiro como Responsável Técnico e o pagamento de taxas ao CREA. Essa exigência limita a participação de empresas que estão qualificadas para prestar esses serviços por meio do médico do trabalho, sendo, portanto, indevida e prejudicando o princípio da competitividade.

### III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

10. Ante o exposto, requer-se que seja a presente impugnação julgada procedente, com efeito para que se proceda a devida reformulação no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital no sentido de modificar os itens 9.2.10 do Pregão eletrônico nº 90.024/2024 a fim de que sanado o vício existente e que geram impossibilidades para participação no certame de empresas que não possuem Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. E retifique o procedimento licitatório, na forma da lei, passando o Edital a observar requisitos de habilitação em estrita observância do estabelecido em Lei e na Constituição Federal, tudo consoante acima argumentado.

### IV. DO MÉRITO

11 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria   
Geral do Município.

12 - Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 25/07/2024 às 10:00 horas e caso seja necessário o mesmo será suspenso até o dia anterior.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 19.680/2024

RUBRICA: *LM* FOLHA: 11

Comissão de Pregão I  
Nova Friburgo, 23 de julho de 2024.

*Leonardo Gabrig Peixoto*

**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro- Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934



*Subsecretaria de Recursos Humanos*


Da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão – Subsecretaria de Recursos Humanos – SESMT.

Para: Procuradoria-Geral.

**Ref.: Processo Administrativo n.º 19.680/2024.**

Requerente: Evolve Serviços LTDA.

Assunto: Impugnação – Licitação.

PROCESSO Nº:	19680/2024
DATA:	23 / 07 / 2024
FOLHAS Nº:	12
RUBRICA:	

Prezado Procurador,

Com cordiais cumprimentos, trata-se o presente de impugnação interposta pela empresa Evolve Serviços LTDA, com desiderato na Lei Federal n.º 14.133/2021, conforme verifica-se às fls. 03/07.

Informamos que a contratação do serviço de emissão de LTCAT e LTIP não se configura como serviço de engenharia, sendo necessária a apresentação do registro na entidade profissional competente CREA e ou CRM e demais documentações exigidas no Termo de Referência.

Deste modo, encaminhamos os autos para análise e manifestação jurídica.

Após, pela remessa à Comissão de pregão.

Por fim, vale ressaltar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 25/07/2024 às 10:00 horas e caso seja necessário o mesmo poderá ser suspenso para o dia seguinte, conforme informações de fls. 10.

Sem mais, nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas, aproveitando a oportunidade para apresentar os votos de elevada estima e consideração.

Nova Friburgo, 23 de julho de 2024.

Atenciosamente,

  
**Cintia da Silva Oliveira**  
Supervisor N B II SESMT  
Mat.: 063.305



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

Processo nº 19.680/2024  
DATA: 24/07/24  
Folha nº 13 Rubrica Felipe

**Processo: 19.680/2024**

**Requerente: Evolve Serviços Ltda.**

**Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90024 de 2024 - Processo Licitatório n. 15.745/2023**

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 09/05/2024 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90024 de 2024 - Processo Licitatório n. 15.745/2023, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de segurança e medicina do trabalho a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP para atender a todos os órgãos do Município de Nova Friburgo.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 23 de julho de 2024, às 16h30min.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação (fls. 03/07) a existência de restrição no edital quanto à qualificação técnica, *i.e.*, exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica e a respectiva Certidão de Acerto Técnico - CAT (subitem 9.2.10), restringindo a participação de empresas que atuam por meio de médicos do trabalho, cujos profissionais não possuem registro no CREA e, portanto, não podem emitir CATs.

Aduz, ainda, que o próprio edital cita que os documentos são feitos tanto por engenheiro, quanto pelo médico, conforme teor do subitem 5.5.2.

*de*





A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 08/11, recebeu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, limitando-se a encaminhar o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica e, após, à Procuradoria.

Às fls. 12 consta a manifestação da Subsecretaria de Recursos Humanos, afirmando que *“a contratação do serviço de emissão de LTCAT e LTIP não se configura como serviço de engenharia, sendo necessária a apresentação do registro na entidade profissional competente CREA e ou CRM e demais documentações exigidas no Termo de Referência”*, encaminhando os autos para análise e manifestação jurídica.

É o relatório.

PROCESSO Nº 19680  
DATA 24/07/24  
Assinatura Nº 14 Rubens Felipe

## **II - DO MÉRITO**

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 22/07/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 25/07/2024.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

*Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.*

*h.*

*de*



*§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.*

*§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.*

*§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.*

*§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.*

Verifica-se que o Pregoeiro recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Subsecretaria de Recursos Humanos para pronunciamento de ordem técnica.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Subsecretaria de Recursos Humanos a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame, mas tão somente sobre os aspectos jurídico-legais impugnados.

Pois bem. Vejamos o que dispôs o Termo de Referência acerca dos requisitos de qualificação técnica:

Assinatura: [assinatura]





8.12.4 Qualificação técnica.

8.12.4.1 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

8.12.4.2 A empresa deverá ser especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente inscrita nos respectivos Conselhos e serão atribuições da empresa os encargos relativos às anotações e registros de responsabilidade técnica dos serviços prestados, junto aos respectivos órgãos de classes;

8.12.4.3 Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.12.4.4 A empresa deverá comprovar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA nos encargos de Engenharia de Segurança ou os devidos registros no CRM, no tocante às atividades de Medicina do Trabalho;

8.12.4.5 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do prestador de serviço;

8.12.4.6 Declaração da licitante informando que o profissional de nível superior indicado como responsável técnico é contratado pela empresa (como empregado ou prestador de serviços);

8.12.4.7 Pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica pública ou privado, comprovando que o profissional de nível superior indicado como responsável técnico pela licitante, prestou ou presta serviços compatíveis com objeto licitado.

8.12.4.8 A CONTRATADA disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela CONTRATANTE, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Por sua vez, assim prevê o item 19 do Edital do Pregão Eletrônico 90.024/2024 acerca da qualificação técnica:

19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou

4



atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

19.1.1 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

19.1.2 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

19.1.3 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

19.1.4 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Da leitura dos dispositivos acima transcritos, verifica-se que apenas foi exigida a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, **não havendo menção à necessidade de apresentação de Certidão de Acervo Técnico.**

Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art. 67:

*Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

*III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;*





***V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso:***

*VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

*§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.*

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.*

*§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.*

[...]

A qualificação técnica tem por escopo aferir a capacidade para a execução do objeto licitado. Limita-se, portanto, àquelas exigências estabelecidas, admitindo-se eleger, dentro daquele rol, o quanto necessário, mantendo uma relação de proporcionalidade com o objeto pretendido, levadas em consideração as características semelhantes ou similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Abrange tanto a comprovação de capacidade técnico-profissional, relacionada à aptidão dos profissionais que integram o quadro da empresa, demonstrada através de atestado de responsabilidade técnica, quanto a técnico-operacional, que diz respeito à capacidade da empresa na execução de objetos similares, aferida mediante certidões, atestados ou documento de avaliação emitido em face de sua atuação na execução de outros ajustes.

Tais exigências são obrigatórias nas contratações de obras e serviços de engenharia, e nos demais casos, substituíveis por provas alternativas que permitam aferir que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática, conforme estabelecido no § 3º do art. 67.



PROCESSO Nº 19680  
DATA 24.07.24  
Folha Nº 19 Rubrica Delipso

No caso particular do atendimento do registro ou inscrição na entidade profissional competente, será exigido conforme a necessidade de comprovação, em razão de condição que limite e regulamente o exercício da atividade (p.e., registro em entidade ou conselho).

Trata-se, portanto, de matéria estritamente técnica a ser aferida e determinada pela Secretaria requisitante em consonância com o objeto licitado.

*In casu*, o objeto certame é a contratação de empresa especializada em serviços de segurança e medicina do trabalho a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP para atender a todos os órgãos do Município de Nova Friburgo.

Como narrado anteriormente, a Subsecretaria de Recursos Humanos afirma que “a contratação do serviço de emissão de LTCAT e LTIP não se configura como serviço de engenharia, sendo necessária a apresentação do registro na entidade profissional competente CREA e ou CRM e demais documentações exigidas no Termo de Referência”.

De fato, em pesquisa acerca da matéria, verifica-se que a emissão de LTCAT e LTIP pode ser feita por Médico do Trabalho ou por Engenheiro de Segurança do Trabalho.

O item impugnado pela empresa requerente diz respeito ao subitem 9.2.10, inserido no tópico relativo às obrigações da contratada no Termo de Referência:

*“9.2.10 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de Acervo Técnico, em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;”.*

h-

de





A Certidão de Acervo Técnico, também conhecida como CAT, é o documento que certifica legalmente as atividades registradas e comprova a experiência do profissional ao longo do tempo de exercício profissional da área de arquitetura, engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia, emitida pelo CREA e/ou CAU.

Em manifestação acerca do tema, no bojo da impugnação apresentada pela empresa *Medical Center Ltda.* em relação ao edital em comento (Processo Administrativo n. 11.921/2024 - apenso), a Secretaria requerente já havia afirmado que a emissão de LTCAT e LTIP não se configura como serviço de engenharia, sendo necessária a apresentação do registro na entidade profissional competente CREA e/ou CRM.

No entanto, possivelmente por erro material, foi mantido o subitem 9.2.10 no Termo de Referência, cujo teor, apesar de estar inserido dentre as obrigações da contratada, versa sobre qualificação técnica, o que deu ensejo a tal divergência.

Portanto, salvo melhor juízo, considerando que o serviço a ser contratado pode ser prestado tanto por engenheiro de segurança do trabalho como por médico do trabalho, podendo ser apresentado pelas licitantes registro no CREA ou no CRM, não é possível a exigência de apresentação de acervo técnico.

Na interpretação sistemática das regras licitatórias, prevalecem aquelas estabelecidas no Edital em detrimento daquelas previstas nos anexos, conforme dispõe o subitem 26.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 90.024/2024, vejamos:

*“26.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital”.*

Destarte, considerando que o item 19 do Edital, que versa sobre as exigências de qualificação técnica, não exige a apresentação de Certidão de Acervo Técnico, deve o referido item 19 do edital prevalecer sobre a informação contida no subitem 9.2.10 do Termo de Referência.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

### III - CONCLUSÃO

PROCESSO Nº 19686  
DATA 24/07/24  
Folhas Nº 21 Rubrica 24190

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I** para ciência e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 24 de julho de 2024.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matrícula: 62.773

*Adriano V. N. de Veiga*  
Carlos Edmarcio V. N. de Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matrícula 63347